



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA N. 5208/2023-GP, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Aprova o Plano Anual de Atividades
de Auditoria Interna - PAA 2024, do
Poder Judiciário do Estado do Pará.

A Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS,
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), no uso de suas
atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 32 da Resolução nº 309/2020 do
Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO as atribuições da Secretaria de Auditoria Interna do
Poder Judiciário, dispostas na Lei Estadual nº 9.611 de 02 de junho de 2022 e
na Estatuto de Auditoria Interna do PJPA, instituído pela Resolução nº 10, de 10
de agosto de 2022;

CONSIDERANDO, ainda, o expediente encaminhado sob o nº TJPA-
PRO-2023/04855, pela Secretaria de Auditoria Interna,

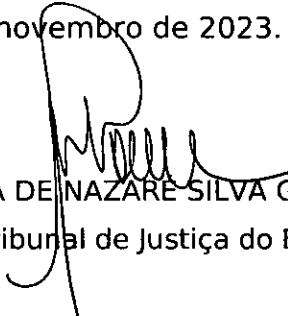
RESOLVE:

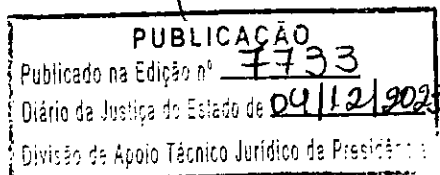
Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna -
PAA 2024, cujo inteiro teor segue anexo.

Art. 2º O cronograma de auditorias internas poderá ser alterado,
mediante prévia autorização da Presidência do Poder Judiciário do Estado do
Pará.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 30 de novembro de 2023.


Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

1. APRESENTAÇÃO

A Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud) e dá outras providências, estabelece em seu art. 32 e seguintes que os tribunais deverão planejar as auditorias a serem realizadas, consignando-as em um Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quadrienal, e no Plano Anual de Auditoria (PAA), cuja elaboração deverá considerar as seguintes variáveis dos objetos a serem auditados: materialidade, relevância, criticidade e risco.

Tais disposições evidenciam o alinhamento das práticas de auditoria determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com as boas práticas divulgadas por organismos internacionais de referência em normas de auditoria, a exemplo do Instituto dos Auditores Internos (*The Institute of Internal Auditors - IIA*).

Com base nisso, o Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2024 foi desenvolvido de forma a expandir os horizontes das atividades da unidade e de aproximação das unidades da Instituição, pois, além das auditorias de conformidade e operacional, ampliou o rol de suas atividades disponibilizando consultorias de auditoria para as unidades administrativas; promoveram-se ajustes na elaboração do PAA, tendo adotado a metodologia de apuração de força de trabalho, o que possibilita a otimização do capital humano da Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD) no âmbito de suas atribuições administrativas; elaborou o planejamento estratégico da unidade, possibilitando uma visão panorâmica das questões administrativas, o que viabilizará uma atuação mais assertiva na tomada de decisão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2024

2.1. Estrutura da Secretaria de Auditoria Interna

O planejamento das ações de avaliação foi elaborado levando em conta a estrutura organizacional da Secretaria de Auditoria Interna para o exercício de 2024 e o quantitativo de servidores, conforme organograma e detalhamento a seguir:



Figura 01 – Organograma

Quadro 01 – Equipe da SEAUD

EQUIPE DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA		
Ordem	Gestão	Cargo/Função
01	Tiago Silva Guimarães	Secretário de Auditoria Interna
	Equipe Gestão/Técnica-operacional	Cargo/ Função
02	Betânia Souza da Silva Pinheiro	Coordenadora do Núcleo Estratégico De Governança de Auditoria e Risco / Auditora
03	Lourival Pereira Boulhosa Neto	Chefe da Divisão de Auditorias / Auditor
04	Milene Laíse Silva Correa	Chefe da Divisão de Fiscalização e Monitoramentos / Auditora
05	Humberto Pereira Lima Filho	Analista Judiciário – Contador/ Auditor
06	Paulo Roberto Martins Cunha	Analista Judiciário - TI/ Auditor
07	Sheila Alves de Lima	Requisitada – Arquiteta/ Auditora
Servidores que comporão a equipe:		
08	Auditor 1	Analista Judiciário - Contador/ Auditor
09	Auditor 2	Analista Judiciário - TI/ Auditor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2.2. Força de Trabalho

Os exames de auditoria e atividades de planejamento estratégico da unidade serão realizados pelos servidores lotados na Secretaria de Auditoria Interna, sendo possível solicitar outros servidores da Instituição para compor auditorias que demandem conhecimento específico, distribuindo as tarefas com base nas atividades objeto do planejamento, quais sejam: Auditoria, Consultoria, Monitoramento, Prestação de Contas, Planejamento e Gestão, e Capacitação.

Para formação das equipes serão observadas competências técnicas e comportamentais, conhecimentos e habilidades dos servidores, que serão designados de acordo com o objeto de cada auditoria.

Com intuito de otimizar a locação da força de trabalho, a SEAUD vem utilizando uma metodologia que tem como referência a publicação "Padrões de Auditoria Preventiva", elaborado em 2017 pela auditoria interna do STJ, estabelecendo a escala de medida da força de trabalho denominada **Homem Dia Fiscalização – HDF**, que corresponde ao esforço de um dia de trabalho de um servidor da Secretaria de Auditoria Interna, e o cálculo completo para as atividades de 2024 encontra-se no Apêndice A deste plano.

2.3. Legislação Aplicável

As ações de auditoria, consultoria, monitoramento e acompanhamento da gestão a serem realizadas pela SEAUD priorizam a atuação preventiva e saneadora, com vistas ao aperfeiçoamento da governança, dos controles internos e à mitigação de riscos observados nos processos organizacionais de gestão de recursos orçamentários, financeiros, humanos e materiais.

Os trabalhos serão executados de forma direta, mediante auditorias operacionais (de desempenho), de conformidade, integradas (conformidade e operacional), e baseadas em riscos, podendo haver situações em que ocorrerão auditorias coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

As ações contemplam, ainda, o monitoramento das recomendações expedidas em auditorias internas e inspeções realizadas pela SEAUD e auditorias realizadas pelo CNJ, a prestação de consultorias, o acompanhamento da gestão, bem como a capacitação dos auditores.

A equipe de auditoria atuará de acordo com os procedimentos instituídos nos seguintes manuais e normas referenciais:

- Resoluções CNJ nº 308 e 309/2020 e suas alterações;
- Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna – IPPFs;
- Estatuto de Auditoria Interna do PJPJ;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

- Manual de Auditoria do Poder Judiciário 2023 - CNJ;
- Manual de Monitoramento de Auditoria do TJPA;
- Manual de Monitoramento de Processo de Trabalho;
- Metodologia de Análise dos Inventários;
- Manual de Controles Internos;
- Manual de Prestação de Contas de Gestão Anual ao TCE/PA;
- Matriz de Priorização de Processos (Apêndice E).

2.4. Critérios para seleção de objetos de auditoria

Foram definidos objetos de auditoria prioritários a partir da avaliação e ponderação dos processos institucionais com base em critérios de relevância (alinhamento com o Planejamento Estratégico), materialidade, criticidade e riscos.

A SEAUD entende ser relevante a realização de auditorias nas áreas contempladas nos objetivos estratégicos do TJPA, com vistas a auxiliar a Gestão no processo de tomada de decisões. Nesse sentido, observa-se estarem definidos no Planejamento Estratégico 2021-2026 os seguintes Macrodesafios, agrupados em perspectivas representadas no mapa estratégico:

Macrodesafios na perspectiva sociedade:

1. Garantia dos Direitos Fundamentais;
2. Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade;

Macrodesafios na perspectiva dos processos internos:

3. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;
4. Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais;
5. Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos;
6. Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios;
7. Promoção da Sustentabilidade;
8. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;
9. Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária;

Macrodesafios na perspectiva aprendizado e crescimento:

10. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
11. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira;
12. Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Do ponto de vista da materialidade, foram identificados os objetos que possuem maior representatividade em seus valores orçamentários ou financeiros e no volume de bens e valores efetivamente geridos.

Foram analisadas informações prestadas pelas unidades, relativas a valores do Orçamento do TJPA, do Plano Anual de Contratação, de relatórios extraídos do Portal da Transparência e do SIAFEM, executados no exercício de 2022 e previstos para o exercício de 2023.

A criticidade expressa a existência e a aderência do processo a normas legais e regulamentares; checa a maturidade da gestão do processo, ponderando se foi mapeado e possui manual; e considera se o processo foi objeto de auditoria interna nos últimos 5 (cinco) anos.

Por fim, em relação à gestão de riscos, buscou-se evidenciar se o processo possui riscos mapeados e avaliados, e controles institucionais definidos.

2.5. Riscos da Auditoria Interna

Com base em levantamento realizado pela unidade, foram identificados alguns fatores de riscos que podem dificultar ou até mesmo inviabilizar a execução do PAA 2024. Cabe mencionar que os riscos apresentados não se referem à execução de cada ação planejada, uma vez que estes deverão ser tratados em específico no planejamento de cada atividade.

Apresenta-se abaixo os principais fatores de riscos considerados pela unidade:

Quadro 02 – Fatores de riscos para execução do PAA/2024

FATORES DE RISCOS IDENTIFICADOS	
FR1	Limitação técnica da equipe da SEAUD
FR2	Redução de força de trabalho
FR3	Rotatividade na equipe da SEAUD
FR4	Dificuldade de interpretação das comunicações emitidas pela SEAUD, por parte da Gestão
FR5	Dificuldade, por parte da unidade auditada, de cumprimento dos prazos para responder questionários, encaminhar documentos, manifestações e outras solicitações da equipe de auditoria
FR6	Não implementação das recomendações emitidas pela SEAUD
FR7	Ausência de mapeamento de riscos na unidade auditada (Política de Gestão de Riscos não implementada em sua totalidade na instituição)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Para assegurar a execução do PAA/2024 com eficiência, eficácia e efetividade, é importante observar os fatores de riscos elencados acima e a tomada de medidas de prevenção e de mitigação de tais riscos.

2.6. Atividades Previstas

Quadro 03 – Atividades da SEAUD para 2024

	ATIVIDADE	PERÍODO INICIAL
	I. Prestação de Contas	
01	Análise da Prestação de Contas do TJPA 2022	1º Trimestre
	II. Auditorias	
01	Auditoria 01 – Ação Coordenada CNJ - Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina	1º de abril a 31 de julho
02	Auditoria 02 – Promoção da Saúde Ocupacional	2º Trimestre
03	Auditoria 03 – Gerenciamento e fiscalização de obras:	2º Trimestre
04	Auditoria 04 – Pagamento de fornecedores	2º Trimestre
	IV. Monitoramento de Auditorias	
01	2º Monitoramento – Auditoria nº 004/2019 – Gestão Documental - CNJ	Junho a agosto
02	3º Monitoramento – Auditoria nº 001/2020 – Concessão e Administração de Benefícios Estatutários e Previdenciários	Junho a agosto
03	3º Monitoramento – Auditoria nº 002/2020 – Gestão de Bens Imóveis	Junho a agosto
04	2º Monitoramento – Auditoria nº 001/2021 – Comunicação Institucional	Junho a agosto
05	2º Monitoramento – Auditoria nº 002/2021 – Desenvolvimento de Software	Junho a agosto
06	2º Monitoramento – Auditoria nº 003/2021 – Folha de Pagamento (SEGEP)	Junho a agosto
07	2º Monitoramento – Auditoria nº 004/2021 – Acessibilidade Digital - CNJ	Junho a agosto
08	2º Monitoramento – Auditoria nº 005/2021 – Gerenciamento de Riscos na Segurança da Informação	Junho a agosto
09	2º Monitoramento – Auditoria nº 006/2021 – Manutenção de Veículos	Junho a agosto
10	1º Monitoramento – Auditoria nº 007/2021 – Gestão de Segurança Patrimonial e de Instalações	Junho a agosto
11	1º Monitoramento – Auditoria nº 001/2022 – Elaboração do Plano de Contratação	Junho a agosto
12	1º Monitoramento – Auditoria nº 002/2022 – Fiscalização da arrecadação	Junho a agosto
13	1º Monitoramento – Auditoria nº 003/2022 – Admissão de servidores efetivos e comissionados	Junho a agosto
14	1º Monitoramento – Auditoria nº 004/2022 – Contratação de docente	Junho a agosto
15	1º Monitoramento – Auditoria nº 01/2023 – Política contra Assédio e Discriminação - CNJ	Junho a agosto
	IV. Monitoramento de Processo de Trabalho	
01	Monitoramento da Execução Orçamentária – 6 relatórios	Bimestral
02	Monitoramento do Processo de Inventários do 2º Semestre de 2023	2º Trimestre
03	Monitoramento do Processo de Inventários do 1º Semestre de 2024	6º Bimestre
04	Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º Quadrimestre de 2023	1º Semestre
05	Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º Quadrimestre de 2024	1º Semestre
06	Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º Quadrimestre de 2024	2º Semestre
	V. Planejamento e Gestão da SEAUD	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

01	Revisão de Manuais da SEAUD	2º Trimestre
02	Implementação da Gestão de Risco da SEAUD - Etapa 2 de 2	2º Trimestre
03	Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) – Ciclo 2024	2º Trimestre
04	Elaboração do Relatório de Reporte PAA 2023	2º Trimestre
05	Revisão do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PAQMAI	2º Trimestre
06	Elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA 2025)	4º Trimestre
07	Elaboração do Programa Anual de Capacitação (PAC 2025)	4º Trimestre
08	Apoio às Ações do Controle Externo	Anual

3. OBJETIVOS

As ações constantes neste PAA serão executadas com vistas ao alcance dos seguintes objetivos:

- Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, no Planejamento Estratégico e no Plano de Gestão, bem como dos programas e ações consignados no orçamento do TJPA;
- Comprovar a legalidade dos atos administrativos, bem como da regular aplicação de recursos públicos oriundos de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito público ou privado;
- Avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal;
- Apoiar o controle externo, o CNJ e o TCE/PA no exercício de suas missões institucionais;
- Auxiliar a Alta Gestão a alcançar seus objetivos de forma regular.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

4. PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAA 2024

As ações de auditoria interna programadas para o exercício 2024 foram definidas com base nos fatores e critérios anteriormente apresentados, e seguem detalhadas no quadro abaixo:

Quadro 04 – Ações de auditoria e monitoramentos para 2024

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
Análise da Prestação de Contas do TJPA 2023						
Processo auditado: Prestação de Contas do TJPA/2023. Conhecimentos Específicos: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); Resolução CNJ nº 309/2020; Resolução TCE/PA nº 18.919/2017; Resolução TCE/PA nº 18.968/2017; Resolução TCE/PA nº 18.974/2017; Resolução TCE/PA nº 18.975/2017.	Risco: Inobservância dos objetivos, normas e princípios na gestão dos recursos públicos. Relevância: Cumprimento das formalidades e preceitos legais; Cumprimento das metas físicas e financeiras previstas para o exercício.	Auditoria de Gestão	Objetivo: Avaliar a regularidade dos atos de gestão quanto ao atingimento das metas propostas, bem como analisar os demonstrativos contábeis à luz da legislação vigente. Avaliar a conformidade dos instrumentos de planejamento. Ainda, verificar a completude das peças que compõem a prestação de contas.	Escopo: Avaliação das informações e documentos constantes no processo de prestação de contas, referente ao exercício de 2023, conforme determina o TCE/PA.	1º Trimestre 2024	9 servidores
AUDITORIA 01: Ação Coordenada CNJ – Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina						
Processo auditado: Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina Conhecimentos Específicos: Resolução CNJ Resolução nº 255 de 04/09/2018;	Risco: Procedimentos inadequados e/ou discordantes com as diretrizes estabelecidas em normativos vigentes, para incentivar, mobilizar e monitorar ações visando a participação feminina no âmbito institucional do PJP.	Auditoria Coordenada entre os órgãos do Poder Judiciário, incluindo o CNJ.	Objetivo: Avaliar a aderência à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina do Poder Judiciário, com suas instâncias e instrumentos de proteção, para aferir a existência de ambiente	Escopo: Exames de conformidade em procedimentos de incentivo, mobilidade e monitoramento das ações sobre a participação feminina nos órgãos do Poder Judiciário.	1º de abril a 31 de julho	2 servidores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Resolução CNJ nº 418/2021 - Altera a Resolução CNJ nº 255/2018; Resolução CNJ nº 376/2021; Portaria nº 3493/2019-GP, de 19 de julho de 2019; Resolução CNJ nº 492/2023.	Relevância: Incentivar, mobilizar e monitorar ações visando a participação feminina no âmbito institucional do Poder Judiciário.		interno eficaz contra as referidas práticas.			
AUDITORIA 02: Promoção da Saúde Ocupacional						
Processos auditados: Promoção da saúde ocupacional.	Risco: Elevação com despesa de pessoal. Risco de absenteísmo não mapeado pela unidade.	Auditoria de Baseada em Risco e de conformidade	Objetivo: Melhoria do ambiente de trabalho e promoção da saúde, segurança e qualidade de vida de magistrados e magistradas, servidores e servidoras.	Escopo: Avaliar o gerenciamento da promoção de programas, projetos e ações relacionadas à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.	2º Trimestre 2024	2 servidores
Conhecimentos Específicos: Lei Estadual nº 6.484/2002; Resolução TJPB nº 001/2006; Resolução CNJ nº 294/2019; Resolução CNJ nº 207/2015.	Relevância: Alinhamento com o Planejamento Estratégico. Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. Iniciativa: Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida.					
AUDITORIA 03: Gerenciamento e fiscalização de obras						
Processos auditados: Gerenciamento e Fiscalização de obras	Risco: Execução da obra em desacordo com as especificações técnicas; atraso e paralisação da obra; medição em desacordo com o executado; pagamento indevido.	Auditoria de Conformidade Operacional	Objetivo: Avaliar o processo de gerenciamento e fiscalização de obras, com vistas a assegurar a conformidade, eficácia e a gestão de riscos.	Escopo: Avaliar em obras especificadas a adequação de atos de gestão e de fiscalização, com vistas ao cumprimento de prazos, à qualidade dos serviços executados, bem como eventualidades relacionadas a riscos e vulnerabilidades característicos do processo.	2º Trimestre 2024	2 servidores
Conhecimentos Específicos: Lei nº 8.666/1993; Lei nº 14.133/2021; Resolução CNJ nº 114/2010, alterada pelas Resoluções CNJ nº 132/2011 e nº 326/2020; Portaria nº 684/2020 - GP; Portaria nº 3615/2021 - GP; Portaria nº 3215/2021 - GP; e	Relevância: Alinhamento com o Planejamento Estratégico. Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Edital de licitações e contratos celebrados no âmbito do TJPA. Lei Estadual nº 6.484/2002; Resolução TJPA nº 001/2006; Resolução CNJ nº 294/2019; Resolução CNJ nº 207/2015.	Iniciativa: Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário.					
AUDITORIA 04: Pagamento de fornecedores						
Processo auditado: Pagamento de fornecedores.	Risco: Não mapeado pela unidade.	Auditoria baseada em risco; e de Conformidade	Objetivo: Melhoria do processo de gestão do pagamento de fornecedores.	Escopo: Avaliar a aderência e conformidade do processo de pagamento de fornecedores às leis, regulamentos e normas específicas de contabilidade pública.	A partir do 2º Trimestre 2024	2 servidores
Conhecimentos Específicos: Lei nº 4.320/64; Lei nº 8.666/93; Lei nº 14.133/2021; IN RFB nº 1.234/2012, e suas alterações; IN RFB nº 2.110/2022; Resolução CNJ nº 215/2015; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público; e Normas Brasileiras de Contabilidade.	Relevância: Processo e riscos não mapeados; materialidade; alterações normativas recentes relevantes;					
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
MONITORAMENTO 01: 2º Monitoramento da Auditoria 004/2019 - Gestão Documental - CNJ						
Área auditada: - Secretaria de Administração - SEADM - Departamento de Documentação e Informação - DDI - Divisão de Documentação e Arquivo - DDA;	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC ≥ 95%);	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 2º acompanhamento do cumprimento das 10 recomendações s do Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 08 recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pela unidade. No 1º monitoramento o IAC foi de 36%.	Junho a agosto 2024	1 servidor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:

Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

MONITORAMENTO 02: 3º Monitoramento da Auditoria 001/2020 - Concessão e Administração de Benefícios Estatutários e Previdenciários

Area auditada:

Secretaria de Gestão de Pessoas.

Riscos:

Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria.

Causas dos riscos:

Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);
Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:

Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

Monitoramento de Auditoria

Objetivo:

Realizar o 3º acompanhamento do cumprimento das 07 recomendações no Relatório de Auditoria.

Escopo:

Verificar o atendimento de 02 recomendações pendentes.
No 2º monitoramento o IAC foi de 70%.

Junho a agosto 2024

1 servidor

MONITORAMENTO 03: 3º Monitoramento da Auditoria 002/2020 - Gestão de Bens Imóveis

Area auditada:

Secretaria de Administração;
Departamento de Patrimônio e Serviços;
Divisão de Bens Patrimoniais.

Riscos:

Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria.

Causas dos riscos:

Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);

Monitoramento de Auditoria

Objetivo:

Realizar o 3º acompanhamento do cumprimento das 12 recomendações no Relatório de Auditoria.

Escopo:

Verificar o atendimento das 09 recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pela unidade.
No 2º monitoramento o IAC foi de 67%.

Junho a agosto 2024

1 servidor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:

Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

MONITORAMENTO 04: 2º Monitoramento da Auditoria 001/2021 - Comunicação Institucional

Área auditada: Secretaria de Gestão de Pessoas; Coordenadoria de Administração de Pessoal e Pagamento; Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%); Descumprimento dos Planos de Ação. Relevância: Saneamento das inconformidades identificadas; Aprimoramento dos controles internos avaliados.	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 2º acompanhamento do cumprimento das 22 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pelas unidades.	Junho a agosto 2024	1 servidor
--	---	----------------------------	---	---	---------------------	------------

MONITORAMENTO 05: 2º Monitoramento da Auditoria 002/2021 - Desenvolvimento de Software

Área auditada: Secretaria de Informática.	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 2º acompanhamento do cumprimento das 06 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 02 recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pela unidade. No 1º monitoramento o IAC foi de 70%.	Junho a agosto 2024	1 servidor de TI
---	---	----------------------------	---	---	---------------------	------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:
Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

MONITORAMENTO 06: 2º Monitoramento da Auditoria 003/2021 - Folha de Pagamento (SEGEF)

Área auditada: Secretaria de Gestão de Pessoas; Coordenação de Administração de Pessoal e Pagamento; Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%); Descumprimento dos Planos de Ação. Relevância: Saneamento das inconformidades identificadas; Aprimoramento dos controles internos avaliados.	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 2º acompanhamento do cumprimento das 08 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 07 recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pela unidade. No 1º monitoramento o IAC foi de 26,25%.	Junho a agosto 2024	1 servidor de TI
--	---	----------------------------	---	--	---------------------	------------------

MONITORAMENTO 07: 2º Monitoramento da Auditoria 004/2021 - Acessibilidade Digital - CNJ

Área auditada: Secretaria de Informática.	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 2º acompanhamento do cumprimento das 06 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 02 recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pela unidade. No 1º monitoramento o IAC foi de 62,50%.	Junho a agosto 2024	1 servidor
---	---	----------------------------	---	--	---------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:

Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

Nota: As recomendações para o DECOM foram atendidas no 1º monitoramento.

MONITORAMENTO 08: 2º Monitoramento da Auditoria 005/2021 - Gerenciamento de Riscos na Segurança da Informação

Área auditada:

Secretaria de Informática;
Coordenadoria de Suporte Técnico.

Riscos:

Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria.

Causas dos riscos:

Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);
Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:

Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

Monitoramento de Auditoria

Objetivo:

Realizar o 2º acompanhamento do cumprimento das 06 recomendações no Relatório de Auditoria.

Escopo:

Verificar o atendimento das 06 recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pela unidade.
No 1º monitoramento o IAC foi de 30%.

Junho a agosto 2024

1 servidor

MONITORAMENTO 09: 2º Monitoramento da Auditoria 006/2021 - Manutenção de Veículos

Área auditada:

Secretaria de Administração;
Serviço de Manutenção da Frota.

Riscos:

Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria.

Causas dos riscos:

Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);

Monitoramento de Auditoria

Objetivo:

Realizar o 2º acompanhamento do cumprimento das 06 recomendações no Relatório de Auditoria.

Escopo:

Verificar o atendimento das 04 recomendações pendentes, além do Plano de Ação proposto pela unidade.
No 1º monitoramento o IAC foi de 65%.

Junho a agosto 2024

1 servidor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:
Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

MONITORAMENTO 10: 1º Monitoramento da Auditoria 007/2021 - Gestão de Segurança Patrimonial e de Instalações

Área auditada: Coordenadoria Militar -COMIL Secretaria de Administração	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%); Descumprimento dos Planos de Ação. Relevância: Saneamento das inconformidades identificadas; Aprimoramento dos controles internos avaliados.	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 1º acompanhamento do cumprimento das 05 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 05 recomendações, além do Plano de Ação proposto pela unidade auditada. - 04 para COMIL; e - 01 para SEADM	Junho a agosto 2024	1 servidor
--	---	----------------------------	---	--	---------------------	------------

MONITORAMENTO 11: 1º Monitoramento da Auditoria 001/2022 - Elaboração do Plano de Contratação

Área auditada: Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística -DEPGE	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 1º acompanhamento do cumprimento das 11 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 11 recomendações, além do Plano de Ação proposto pela unidade auditada.	Junho a agosto 2024	1 servidor
--	---	----------------------------	---	---	---------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:
Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

MONITORAMENTO 12: 1º Monitoramento da Auditoria 002/2022 - Fiscalização da arrecadação

Área auditada: Secretaria de Finanças; Coordenadoria Geral de Arrecadação; Alta Gestão.	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%); Descumprimento dos Planos de Ação. Relevância: Saneamento das inconformidades identificadas; Aprimoramento dos controles internos avaliados.	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 1º acompanhamento do cumprimento das 05 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 05 recomendações, além do Plano de Ação proposto pela unidade auditada, sendo: - 03 para Coordenadoria Geral de Arrecadação; e - 02 para Alta Gestão.	Junho a agosto 2024	1 servidor
---	---	----------------------------	---	---	---------------------	------------

MONITORAMENTO 13: 1º Monitoramento da Auditoria 003/2022 - Admissão de servidores efetivos e comissionados

Área auditada: Secretaria de Gestão de Pessoas; Coordenadoria de Administração de Pessoal e Pagamento; Divisão de Administração de Pessoal.	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC $\geq$ 95%);	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 1º acompanhamento do cumprimento das 05 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 05 recomendações, além do Plano de Ação proposto pela unidade auditada.	Junho a agosto 2024	1 servidor
---	---	----------------------------	---	---	---------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:
Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

MONITORAMENTO 14: 1º Monitoramento da Auditoria 004/2022 - Contratação de docente

Área auditada: Escola Judicial do Estado do Pará; Secretaria de Gestão de Pessoas.	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC ≥ 95%); Descumprimento dos Planos de Ação. Relevância: Saneamento das inconformidades identificadas; Aprimoramento dos controles internos avaliados.	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 1º acompanhamento do cumprimento das 05 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das 05 recomendações, além do Plano de Ação proposto pela unidade auditada, sendo: - 02 para EJPA; e - 03 para SEGEP.	Junho a agosto 2024	1 servidor
---	--	----------------------------	---	---	---------------------	------------

MONITORAMENTO 15: 1º Monitoramento da Auditoria 01/2023 – Política contra Assédio e Discriminação – CNJ

Área auditada: Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual; Secretaria de Gestão de Pessoas;	Riscos: Manutenção ou agravamento do(s) risco(s) do processo constatados na auditoria. Causas dos riscos: Índice de Alcance de Conformidade não atingido (IAC ≥ 95%);	Monitoramento de Auditoria	Objetivo: Realizar o 1º acompanhamento do cumprimento das 12 recomendações no Relatório de Auditoria.	Escopo: Verificar o atendimento das recomendações, além do Plano de Ação proposto pela unidade auditada.	Junho a agosto 2024	1 servidor
--	--	----------------------------	---	--	---------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Descumprimento dos Planos de Ação.

Relevância:

Saneamento das inconformidades identificadas;
Aprimoramento dos controles internos avaliados.

FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROCESSO DE TRABALHO

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
Monitoramento da Execução Orçamentária						
Área auditada: Secretaria de Planejamento, - Coordenação e Finanças; - Coordenadoria de Orçamento; - Coordenadoria Geral de Arrecadação;	Risco: - Inconsistência nos sistemas informatizados de administração financeira utilizados pelo TJPA (SIAFE, BO, GRP/Thema e BI Gestão à Vista); Conhecimentos Específicos: Metodologia de monitoramento	Monitoramento de Processo de Trabalho	Objetivo: Otimizar a informação junto à alta gestão sobre a execução orçamentária em linguagem simples e clara, evidenciando as situações mais relevantes para a melhor tomada de decisão.	Escopo: Verificar a consistência dos dados contidos nos sistemas institucionais e Portal da Transparência do TJPA sobre a Execução Orçamentária.	Bimestral (30/abril; 30/junho; 30/agosto; 30/outubro; 18/dezembro)	2 servidores
	- Inconsistência de dados e informações publicadas entre os sistemas informatizados e o Portal da Transparência; - Carência e/ou ausência de dados e informações publicadas nos sistemas informatizados e no Portal da Transparência; - Inconsistência nos lançamentos de dados e informações nos sistemas informatizados. Relevância:					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Verificação dos dados contidos nos sistemas institucionais e Portal da Transparência do TJPA sobre a Execução Orçamentária, realizada na Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, a fim de verificar os dados e informações contidas no SIAFE, BO, GRP/Thema, BI Gestão à Vista e Portal da Transparência.

Monitoramento do Processo de Inventários do 2º Semestre de 2023

Área auditada: Secretaria de Administração/ Departamento de Patrimônio e Serviços Conhecimentos Específicos: Metodologia de Monitoramento do Processo de Inventários; Relatório de monitoramento do semestre anterior	Riscos: Não redução das ocorrências (IRO zero); Aumento das ocorrências (IRO negativo); Não atingimento do patamar de OCORRÊNCIA ZERO. Relevância: Busca do patamar de OCORRÊNCIA ZERO (IRO mais-infinito).	Monitoramento de Processo de Trabalho	Objetivo: Avaliar os processos de inventário dos almoxarifados referentes ao 2º Semestre de 2023, calculando o Índice de Redução de Ocorrências (IRO) correspondente a cada almoxarifado e o geral do TJPA, bem como as análises comparativas previstas na metodologia.	Escopo: Inventários dos almoxarifados do TJPA referentes ao 2º Semestre de 2023.	2º Trimestre	2 servidores
---	---	---------------------------------------	---	--	--------------	--------------

Monitoramento do Processo de Inventários do 1º Semestre de 2024

Área auditada: Secretaria de Administração/ Departamento de Patrimônio e Serviços Conhecimentos Específicos: Metodologia de Monitoramento do Processo de	Riscos: Não redução das ocorrências (IRO zero); Aumento das ocorrências (IRO negativo);	Monitoramento de Processo de Trabalho	Objetivo: Avaliar os processos de inventário dos almoxarifados referentes ao 1º Semestre de 2024, calculando o Índice de Redução de Ocorrências (IRO) correspondente a cada almoxarifado e o geral do	Escopo: Inventários dos almoxarifados do TJPA referentes ao 1º Semestre de 2024.	6º bimestre	2 servidores
--	--	---------------------------------------	---	--	-------------	--------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Inventários; Relatório de monitoramento do semestre anterior.	Não atingimento do patamar de OCORRÊNCIA ZERO. Relevância: Busca do patamar de OCORRÊNCIA ZERO (IRO mais-infinito).		TJPA, bem como as análises comparativas previstas na metodologia.			
Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º Quadrimestre de 2023						
Área auditada: Coordenadoria de Orçamento; Coordenadoria de Gestão Estratégica. Conhecimentos Específicos: Metodologia de Monitoramento do RGF; Relatório de monitoramento do quadrimestre anterior.	Riscos: Inobservância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Relevância: Indicação tempestiva de proximidade dos gastos aos limites especificados na LRF (limite de alerta, limite prudencial, limite máximo).	Monitoramento de Processo de Trabalho	Objetivo: Avaliar o processo de execução orçamentária com foco no que diz respeito aos limites prescritos na LRF.	Escopo: Arrecadação da receita e realização da despesa referente ao trimestre em foco, bem como o acumulado do exercício.	1º semestre	2 servidores
Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º Quadrimestre de 2024						
Área auditada: Coordenadoria de Orçamento; Coordenadoria de Gestão Estratégica. Conhecimentos Específicos: Metodologia de Monitoramento do RGF; Relatório de	Riscos: Inobservância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Relevância: Indicação tempestiva de proximidade dos gastos aos limites especificados na LRF (limite de alerta, limite prudencial, limite máximo).	Monitoramento de Processo de Trabalho	Objetivo: Avaliar o processo de execução orçamentária com foco no que diz respeito aos limites prescritos na LRF.	Escopo: Arrecadação da receita e realização da despesa referente ao trimestre em foco, bem como o acumulado do exercício.	1º semestre	2 servidores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

monitoramento do quadrimestre anterior.						
Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º Quadrimestre de 2024						
Área auditada: Coordenadoria de Orçamento; Coordenadoria de Gestão Estratégica.	Riscos: Inobservância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Relevância: Indicação tempestiva de proximidade dos gastos aos limites especificados na LRF (limite de alerta, limite prudencial, limite máximo).	Monitoramento de Processo de Trabalho	Objetivo: Avaliar o processo de execução orçamentária com foco no que diz respeito aos limites prescritos na LRF.	Escopo: Arrecadação da receita e realização da despesa referente ao trimestre em foco, bem como o acumulado do exercício.	2º semestre	2 servidores
Conhecimentos Específicos: Metodologia de Monitoramento do RGF; Relatório de monitoramento do quadrimestre anterior.						



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

5. PLANO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

A Resolução CNJ nº 309/2020 estabelece em seus arts. 69 e seguintes que o tribunal deverá elaborar Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud), para desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor, e que em tal planejamento deverá prever, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor, incluindo o titular da unidade de auditoria interna.

É notório que a capacitação permite aos profissionais fazer uso de modernas técnicas de auditoria que elevam a qualidade, eficiência e eficácia das ações de controle interno. Além disso, a ausência de capacitação pode se tornar um fator limitador para a execução de auditorias neste Tribunal.

Nesse sentido, esta Secretaria propõe que os servidores responsáveis pela execução das atividades programadas no PAA/2024 participem de ações de capacitação durante o exercício de 2024, conforme proposta de Plano de Capacitação a ser encaminhada à Escola Judicial do TJPA, que contempla, principalmente, as áreas de conhecimento abaixo especificadas:

Quadro 01 - Plano de Capacitação de Auditoria 2024

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Nº DE SERVIDORES	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE	INVESTIMENTO/ Site	PLANEJAMENTO DA EJUD
1. Auditoria Interna no Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 – Teoria e Prática	09	16h	EAD	R\$ 17.000,00 https://ibgp.net.br/cursos/gestao-de-riscos-e-auditoria/auditoria-interna-no-poder-judiciario-com-base-nas-resolucoes-cnj-308-e-309-teoria-e-pratica	Não consta
2. Fundamentos de Segurança da Informação na Transformação Digital	02	25h	EAD	Gratuito https://www.escolavirtual.gov.br/curso/916	Não consta
3. Implantando Sistema de Informação de Custos no Setor Público	03	28h	EAD	R\$ 5.070,00 https://mmppcursos.com.br/custos-para-o-setor-publico	Consta
4. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)	03	20h	EAD	R\$ 2.670,00 https://mmppcursos.com.br/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico	Consta
5. Introdução à Auditoria de Obras Públicas	03	30h	EAD	Gratuito https://www.escolavirtual.gov.br/curso/816	Não consta
6. Contratação e Fiscalização de Obras Públicas	03	30h	EAD	Gratuito https://www.escolavirtual.gov.br/curso/949	Não consta
7. Consultoria em Auditoria	09	20h	EAD	R\$ 13.600,00 https://3rcapacita.com.br/curso/consultoria-em-auditoria-20-horas	Consta
8. Programa de Avaliação da Qualidade em Auditoria	09	16h	EAD	R\$ 16.000,00 3R Capacita	Consta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

9. Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário	02	16h	Presencial	R\$10.000,00 (passagens e diárias)	Consta
10. Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário	07	16h	EAD	Gratuito http://www.cnj.jus.br http://youtube.com/cnj	Consta

6. FASES DA AUDITORIA – AVALIAÇÃO

O processo de avaliação em uma auditoria consiste em três etapas: planejamento, exames e resultados. Além dessas fases, há a fase do monitoramento, que é a ação de verificação do cumprimento de recomendações expedidas pela SEAUD e aprovadas pela Presidência do PJPA.

Na fase de **planejamento** será realizada a avaliação de risco, com objetivo de verificar as áreas críticas avaliando os recursos humanos, os processos e a tecnologia aplicada.

As informações colhidas servirão de referencial para a elaboração do Programa de Auditoria que, por meio de questões de auditoria, direcionarão a realização dos trabalhos para atender aos resultados pretendidos.

A fase de **execução** dos trabalhos consiste em colocar em prática o programa de trabalho, por meio da realização dos exames previstos, aplicação das técnicas de auditoria selecionadas e registro das constatações da equipe de auditoria.

As constatações, ou achados de auditoria, podem ser positivas, quando há conformidade entre o critério e a situação identificada, ou negativas, quando não há conformidade entre o critério e a situação identificada.

As constatações preliminares serão encaminhadas às unidades auditadas para manifestação prévia à divulgação do relatório final. Oportunidade em que pode ser apresentada eventual discordância com a situação relatada ou critério utilizado pela equipe de auditoria. A ausência de manifestação no prazo indicado pela equipe de auditoria implicará concordância tácita com os achados preliminares.

O Relatório de Auditoria é a peça final do processo, o qual poderá conter recomendações à unidade auditada, a fim de corrigir eventuais inconsistências ou inconformidades verificadas no decorrer do trabalho, fundamentadas na análise das manifestações preliminares, quando apresentadas. Deverá conter ainda o Plano de Ação, ferramenta elaborada pela unidade auditada, onde devem ser informadas as ações que serão adotadas para o atendimento das recomendações, o cronograma e os responsáveis por cada atividade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Tanto as recomendações do relatório final, como as atividades do Plano de Ação serão objetos de monitoramentos das auditorias.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de Auditoria Interna objetivam agregar valor à Instituição, demonstrando a importância de se desenvolver a governança institucional, estabelecer mecanismos de gestão, prevenção e mitigação de riscos, definindo controles e melhorias nos processos de trabalhos, com intuito de orientar a Gestão na aplicação eficiente e eficaz dos recursos públicos, no cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, e demais normas e procedimentos legais.

A atuação da SEAUD é pautada na parceria com os demais setores e com a alta administração, atuando de forma construtiva e colaborativa para a redução de riscos, alcance dos objetivos estratégicos e aperfeiçoamento dos processos organizacionais.

Por fim, destacamos que a SEAUD, atuando de maneira fortalecida, instrumentalizada e organizada, proporciona maior credibilidade e confiança na Instituição.

É o Plano, o qual submete-se respeitosamente à apreciação e aprovação superior.

Belém-PA, 28 de novembro de 2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

APÊNDICES

Apêndice A - CÁLCULO DO HDF - Homem Dia Fiscalização

Na apuração da quantidade de HDF (Homem Dia Fiscalização) disponíveis em cada divisão da Secretaria de Auditoria Interna para o exercício de 2024, foi computado somente os dias úteis, expurgando-se os períodos de afastamento habitual dos servidores (férias, capacitação de 40h, média de afastamentos imprevistos). Ainda, na apuração da quantidade de auditores, foi excluído do cômputo, o ocupante do cargo de Secretário da SEAUD, em razão de não representar recurso diretamente alocado nas ações que consomem HDF.

A fórmula para apuração da quantidade de dias úteis e de servidores que compõem a força de trabalho, com vistas à determinação de disponibilidade de HDF anual é:

Quadro 06 - Cálculo do HDF

Apuração dos dias	Apuração da força de trabalho para alocação
Total de dias úteis do ano 2024: 235 dias úteis (-) Média dos afastamentos habituais: Férias Anuais: 22 dias úteis Capacitação: 5 dias (mínimo para 40h) ¹ Afastamento: 3 dias úteis = Dias úteis líquidos: 205	Quantidade de servidores da Secretaria ² : 9 (-) 1 Secretário = Força de trabalho disponível: 8
Apuração de HDF disponíveis	

$$\text{HDF} = \text{Dias úteis líquidos} \times \text{Força de trabalho disponível}$$

$$\text{HDF} = 205 \times 7 = 1.435 \text{ HDF}$$

¹ Art. 72 da Resolução Nº 390-CNJ.

² Sete servidores em regime presencial e 2 servidores em regime remoto.

No total de dias úteis do exercício de 2024, foram deduzidos os dias de recesso dos meses de janeiro e dezembro, bem como os dias de ponto facultativo, tomando como parâmetro a Portaria Nº 4700/2023-GP, de 1 de novembro de 2023, que disciplina sobre os pontos facultativos de 2024.

Observa-se que, no exercício 2024, há **205 dias úteis** de expediente para as atividades da SEAUD. Multiplicando esse valor pela força de trabalho de **oito servidores**, o resultado é de **1.640 dias úteis** de mão-de-obra para as atividades.

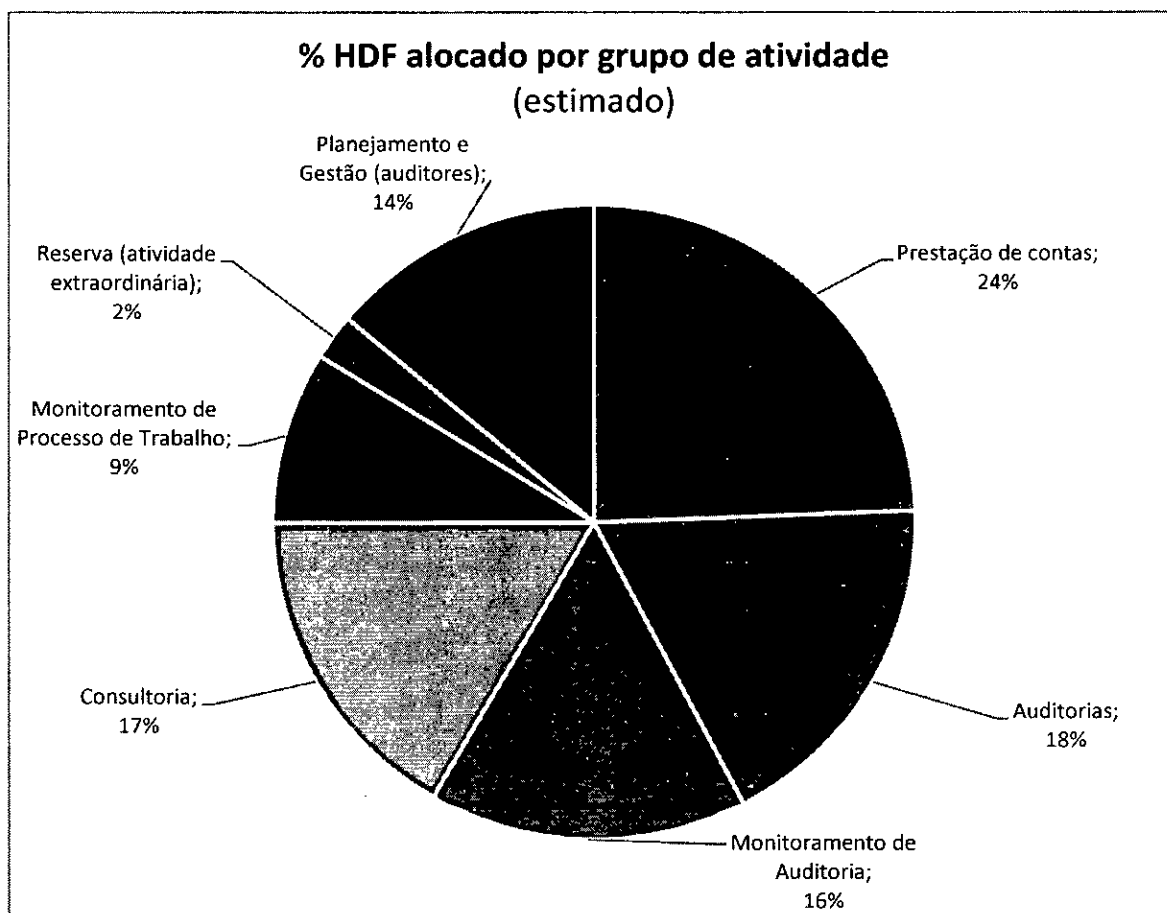


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Apêndice B - CÁLCULO DO HORA-HOMEM

Para o cômputo das horas de trabalho, foi utilizada a jornada diária de seis horas para três servidores, sendo dois em regime de teletrabalho, e de oito horas para cinco servidores, de forma que, apurou-se **11.890 horas** líquidas de trabalho para o exercício de 2024. Essas horas serão distribuídas nas seguintes atividades, conforme demonstrado no Quadro 07.

E o gráfico acima demonstra a distribuição do total dos 1.435 HDF para todos os grupos de atividades realizadas na Secretaria de Auditoria Interna para o ano de 2024.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro II – HDF x Atividade x Servidor

	Atuação em Dias							DIAS Disponíveis no exercício de 2024
	Prestação de contas	Auditoria	Monitoramento de Auditorias	Consultoria	Monitoramento de Processo de Trabalho	Reserva Técnica	Planejamento e Gestão	
HDFs	400	294	263	272	145	38	228	
Quant. Atividade	1	4	15	1	11	8	7	
HDFs/ Atividade	400	74	18	272	13	5	33	
Betânia - Coord./Auditora	50	0	25	0	0	10	120	205
Lourival Neto - Auditor	50	42	34	0	0	4	75	205
Sheila Lima - Auditora	50	42	34	68	0	4	7	205
Paulo Cunha - Auditor	50	42	34	68	0	4	7	205
Auditor 1 (Stela)	50	42	34	68	0	4	7	205
Auditor 2 (Oscar)	50	42	34	68	0	4	7	205
Milene Correa - Auditora	50	42	34	0	70	4	5	205
Humberto Lima - Auditor	50	42	34	0	75	4	0	205

Quadro III - Distribuição Horas-Homem nas atividades da SEAUD

Servidores	Atuação em Horas							HORAS Disponíveis no exercício de 2024
	Prestação de contas	Auditoria	Monitoramento de Auditorias	Consultoria	Monitoramento de Processo de Trabalho	Reserva Técnica	Planejamento e Gestão	
Betânia - Coord./Auditora	400	0	200	0	0	80	960	1640
Lourival Neto - Auditor	400	336	272	0	0	32	600	1640
Sheila Lima - Auditora	400	336	272	544	0	32	56	1640
Paulo Cunha - Auditor	400	336	272	544	0	32	56	1640
Auditor 1 (Stela)	300	252	204	408	0	24	42	1230
Auditor 2 (Oscar)	300	252	204	408	0	24	42	1230
Milene Correa - Auditora	400	336	272	0	560	32	40	1640
Humberto Lima - Auditor	300	252	204	0	450	24	0	1230



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Apêndice C – CRONOGRAMA 2024

Cronograma previsto com oito servidores.

Grupo de Atividades	Atividades	Período	Servidores/ Equipe	MOf (no período)	Quant. Serv.	MÊS - dia do mês											
						JAN 18	FEV 14	MAR 16	ABR 19	MAI 17	JUN 17	JUL 20	AGO 17	SET 18	OUT 18	NOV 17	DEZ 14
1. Prestação de Contas	1. Análise da Prestação de Contas do TJPA 2023	1º Trimestre	Todos	400	6												
2. Auditorias	1. Auditoria 01/2024 – Ação Coordenada CNJ - Política Nacional do Incentivo à Participação Institucional Feminina	De abril a agosto	Lourenço/ Brito	294	2												
	2. Auditoria 02/2024 – Promoção da Saúde Ocupacional	De abril a agosto	Paula/ Bello		2												
	3. Auditoria 03/2024 – Gerenciamento e fiscalização de obras	De abril a agosto	Shafel Oscar		2												
	4. Auditoria 04/2024 – Pagamento de fornecedores	De abril a agosto	Milene/ Humberto		2												
4. Monitoramentos de auditorias	1. 2ª MONIT. - 004/2010 - Gestão Documental - CNJ (IAC 36% - 8 REC.)	De junho a setembro	Humberto	263	1												
	2. 3ª MONIT. - 001/2020 - Concessão e Administração de Benefícios Estatutários e Previdenciários (IAC 70% - 2 REC.)	De junho a setembro	Lourenço		1												
	3. 3ª MONIT. - 002/2020 - Gestão de Bens Imóveis (IAC 50% - 11 REC.)	De junho a setembro	Lourenço		1												
	4. 2ª MONIT. - 001/2021 - Comunicação Institucional (IAC % - REC.)	De junho a setembro	Rebecca		1												
	5. 2ª MONIT. - 002/2021 - Desenvolvimento de Software (IAC 70% - 3 REC.)	De junho a setembro	Paula		1												
	6. 2ª MONIT. - 003/2021 - Folha de Pagamento (IAC 26,25% - 7 REC.)	De junho a setembro	Milene		1												
	7. 2ª MONIT. - 004/2021 - Acessibilidade Digital - CNJ (IAC 62,5% - 2 REC.)	De junho a setembro	Oscar		1												
	8. 2ª MONIT. - 005/2021 - Gerenciamento de Riscos na Segurança da Informação (IAC 30% - 6 REC.)	De junho a setembro	Oscar		1												
	9. 2ª MONIT. - 006/2021 - Manutenção de Veículos (IAC 65% - 4 REC.)	De junho a setembro	Milene		1												
	10. 1ª MONIT. - 007/2021 - Gestão de Segurança Patrimonial e de Instalações (5 REC.)	De junho a setembro	Shirley		1												
	11. 1ª MONIT. - 001/2022 - Elaboração do Plano de Contratação (11 REC.)	De junho a setembro	Lourenço		1												
	12. 1ª MONIT. - 002/2022 - Flicação da arrecadação (5 REC.)	De junho a setembro	Bello		1												
	13. 1ª MONIT. - 003/2022 - Admissão de servidores efetivos e comissionados (5 REC.)	De junho a setembro	Humberto		1												
	14. 1ª MONIT. - 004/2022 - Contratação de docentes (5 REC.)	De junho a setembro	Paula		1												
	15. 1ª MONIT. - 01/2023 - Política contra Assédio e Discriminação - CNJ (12 REC.)	De junho a setembro	Shirley		1												
5. Monitoramentos de Processo de Trabalho	1. Monitoramento da Exatidão Orçamentária - 6 reatórias	Março	Humberto/ Milene	145	2												
	2. Monitoramento do Processo de Inventários do 2º Semestre de 2023	2º Trimestre	Humberto/ Milene		2												
	3. Monitoramento do Processo de Inventários do 1º Semestre de 2024	4º Bimestre	Humberto/ Milene		2												
	4. Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º Quadrimestre de 2023	1º Semestre	Humberto/ Milene		2												
	5. Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º Quadrimestre de 2024	1º Semestre	Humberto/ Milene		2												
	6. Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º Quadrimestre de 2024	2º Semestre	Humberto/ Milene		2												
6. Planejamento e Gestão da SEAUD	1. Revisão de Manuais da SEAUD	2º Trimestre	Rebecca	231	1												
	2. Implementação da Gestão de Risco da SEAUD - Etapa 2 de 2	2º Trimestre	Rebecca		1												
	3. Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) - Ciclo 2024	2º Trimestre	Rebecca/ Lourenço		2												
	4. Elaboração do Relatório de Relatório PAA 2023	2º Trimestre	Rebecca		1												
	5. Revisão do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PAQMAI	2º Trimestre	Rebecca		1												
	6. Elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA 2025)	4º Trimestre	Rebecca/ Lourenço		2												
	7. Elaboração do Programa Anual de Capacitação (PAC 2025)	4º Trimestre	Lourenço		1												
	8. Apoio às Ações do Controle Externo	Anual	Rebecca/ Lourenço		2												



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Cronograma de contingência previsto com sete servidores

Atividades de auditorias e monitoramentos de auditorias redistribuídos.

Grupo de Atividades	Atividades - com 7 servidores (Risco #02 - Redução da força de trabalho)	Período	Servidores/ Equipe	HDF (no período)	Quant. Serv.	MÊS - dias úteis											
						JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
						18	14	16	19	17	17	20	17	18	18	17	14
1. Prestação de Contas	1 Análise de Prestação de Contas do TJPA 2023	1º Trimestre	Todos	345	7												
2. Auditorias	1 Auditoria 01/2024 – Ação Coordenada CNJ - Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina	De abril a agosto	Lourival/ Dirléia	232	2												
	2 Auditoria 02/2024 – Promoção da Saúde Ocupacional	De abril a agosto	Paulo/ Lourival		2												
	3 Auditoria 03/2024 – Gerenciamento e fiscalização de obras	De abril a agosto	Shella/ Oscar		2												
	4 Auditoria 04/2024 – Pagamento de fornecedores	De abril a agosto	Milene/ Humberto		2												
4. Monitoramentos de auditorias	1 2º MONIT. - 004/2018 - Gestão Documental - CNJ (IAC 36% - 6 REC.)	De junho a setembro	Humberto	241	1												
	2 3º MONIT. - 001/2020 - Concessão e Administração de Benefícios Estatutários e Previdenciários (IAC 45% - 4 REC.)	De junho a setembro	Lourival		1												
	3 3º MONIT. - 002/2020 - Gestão de Bens Imóveis (IAC 50% - 11 REC.)	De junho a setembro	Lourival		1												
	4 2º MONIT. - 001/2021 - Comunicação Institucional (IAC % - REC.)	De junho a setembro	Dirléia		1												
	5 2º MONIT. - 002/2021 - Desenvolvimento de Software (IAC 70% - 3 REC.)	De junho a setembro	Paulo		1												
	6 2º MONIT. - 003/2021 - Folha de Pagamento (IAC 26,25% - 7 REC.)	De junho a setembro	Milene		1												
	7 2º MONIT. - 004/2021 - Acessibilidade Digital - CNJ (IAC 62,5% - 2 REC.)	De junho a setembro	Oscar		1												
	8 2º MONIT. - 005/2021 - Gerenciamento de Riscos na Segurança da Informação (IAC 30% - 6 REC.)	De junho a setembro	Oscar		1												
	9 2º MONIT. - 006/2021 - Manutenção de Veículos (IAC 85% - 4 REC.)	De junho a setembro	Paulo		1												
	10 1º MONIT. - 007/2021 - Gestão de Segurança Patrimonial e de Instalações (5 REC.)	De junho a setembro	Shella		1												
	11 1º MONIT. - 001/2022 - Elaboração do Plano de Contratação (11 REC.)	De junho a setembro	Paulo		1												
	12 1º MONIT. - 002/2022 - Fiscalização da arrecadação (5 REC.)	De junho a setembro	Milene		1												
	13 1º MONIT. - 003/2022 - Admissão de servidores efetivos e comissionados (5 REC.)	De junho a setembro	Humberto		1												
	14 1º MONIT. - 004/2022 - Contratação de docentes (5 REC.)	De junho a setembro	Shella		1												
	15 1º MONIT. - 01/2023 - Política contra Assédio e Discriminação - CNJ (12 REC.)	De junho a setembro	Shella		1												
5. Monitoramentos de Processo de Trabalho	1 Monitoramento da Execução Orçamentária - 6 relatórios	Trimestral	Humberto/ Milene	143	2												
	2 Monitoramento do Processo de Inventários do 2º Semestre de 2023	2º Trimestre	Humberto/ Milene		2												
	3 Monitoramento do Processo de Inventários do 1º Semestre de 2024	1º Trimestre	Humberto/ Milene		2												
	4 Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º Quadrimestre de 2023	3º Trimestre	Humberto/ Milene		2												
	5 Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º Quadrimestre de 2024	1º Trimestre	Humberto/ Milene		2												
	6 Monitoramento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º Quadrimestre de 2024	2º Trimestre	Humberto/ Milene		2												
6. Planejamento e Gestão da SEAUD	1 Revisão do Manual da SEAUD	2º Trimestre	Dirléia	231	1												
	2 Implementação da Gestão de Risco da SEAUD - Etapa 2 de 2	2º Trimestre	Dirléia		1												
	3 Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP) - Ciclo 2024	2º Trimestre	Dirléia/ Lourival		2												
	4 Elaboração do Relatório de Reporte PAA 2023	2º Trimestre	Dirléia		1												
	5 Revisão do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PAQMAI	2º Trimestre	Dirléia		1												
	6 Elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA 2025)	4º Trimestre	Dirléia/ Lourival		2												
	7 Elaboração do Programa Anual de Capacitação (PAC 2025)	4º Trimestre	Lourival		1												
	8 Apoio às Apções do Controle Externo	Anual	Dirléia/ Lourival		2												



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Apêndice D – METODOLOGIA UTILIZADA PARA SELEÇÃO DOS TRABALHOS COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS

A Arquitetura de Processos de Apoio e a Matriz de Priorização de Processos Auditáveis foram revisadas em 2023, em atendimento à ação 9.1.11 do Plano de Gestão 2023-2025.

A metodologia de avaliação dos processos institucionais, para seleção dos objetos de auditoria, também foi atualizada. Foram encaminhados formulários para que as áreas de gestão prestassem informações relativas ao alinhamento dos processos ao Planejamento Estratégico e ao Plano de Gestão, sobre a materialidade e a criticidade dos processos, devendo ainda indicar se os processos tiveram seus riscos mapeados e respectivos controles institucionalizados.

Com base na análise das informações prestadas, foram atribuídas notas de relevância, materialidade, criticidade e riscos. As notas foram somadas e os processos foram ranqueados em ordem decrescente.

Para seleção de objetos de auditoria para 2024 foram considerados, ainda, os seguintes fatores:

- a) seleção de apenas um objeto por unidade/exercício;
- b) objetos que ainda não tiveram o ciclo de auditoria encerrado afastados;
- c) efetivo de pessoal lotado na auditoria;
- d) estrutura da SEAUD;
- e) processos que serão implementados no exercício afastados;
- f) maturidade da gestão de processo e riscos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Apêndice E - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE PROCESSOS AUDITÁVEIS (até peso 6)

☐ Processos selecionados para 2024.

UNID.	MACROPROCESSO	PROCESSO	NOTA A	NOTA B	NOTA C	NOTA D	A+B+C+D
SEENG	Obras e Serviços de Engenharia	Gerenciar e fiscalizar obras	2	4	2	2	10
SEGEPI	Administração do Quadro de Pessoal	Processar e fechar a folha de pagamento	2	5	1	2	10
SEENG	Obras e Serviços de Engenharia	Gerenciar e fiscalizar a execução de obras e serviços através de parcerias	2	3	2	2	9
SEADM	Gestão de Contratações e Aquisições	Realizar licitação	0	5	2	2	9
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Gerenciar a arrecadação judicial e extrajudicial	2	2	3	2	9
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Apurar cartórios aptos aos recebimentos de ressarcimento de atos gratuitos pagos pelo FRC	2	3	2	2	9
EJPA	Ensino, Pesquisa e Extensão	Planejar atividades de ensino, pesquisa e extensão	2	3	2	2	9
EJPA	Ensino, Pesquisa e Extensão	Executar atividades de ensino, pesquisa e extensão	2	3	2	2	9
EJPA	Ensino, Pesquisa e Extensão	Publicar obras	2	3	2	2	9
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Pagar fornecedores	2	3	2	2	9
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Antecipar recurso (Suprimento de Fundos)	2	3	2	2	9
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Conceder diárias e passagens aéreas	2	3	2	2	9
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Mensurar e monitorar custos no Poder Judiciário	2	3	2	2	9
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Realizar Registros Patrimoniais e Contábeis	2	3	2	2	9
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Publicar RGF no E-jurisditionado	2	3	2	2	9
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Executar a Despesa do Fundo Previdenciário (UG 840224)	2	3	2	2	9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Pagar pecúlio judiciário	2	3	2	2	9
SEINF	Segurança da Informação	Gerenciar risco em segurança da informação	2	4	0	2	8
SEADM	Gestão de Patrimônio e Serviços	Gerenciar bens imóveis	1	3	2	2	8
SEGEPI	Desenvolvimento de Pessoal	Implantar modelo de gestão por competência	2	2	2	2	8
SEFIN	Planejamento Orçamentário	Planejar e controlar o orçamento	2	3	1	2	8
SEFIN	Planejamento Orçamentário	Elaborar proposta orçamentária	2	3	1	2	8
SEFIN	Planejamento Orçamentário	Processar a execução orçamentária	2	3	1	2	8
SEFIN	Planejamento Orçamentário	Elaboração do Plano Plurianual de Trabalho	2	3	1	2	8
SEFIN	Planejamento Orçamentário	Processamento das alterações orçamentárias	2	3	1	2	8
SEFIN	Planejamento Orçamentário	Acompanhamento e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Realizar a programação financeira de pagamentos	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Pagar folha, benefícios e obrigações tributárias relacionadas a pessoal	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Encerrar exercício financeiro	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Publicar Relatórios da Transparência	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Realizar registro da receita	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Analisar conformidade documental dos Processos de Pagamentos da Despesa	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Gerenciar fluxo dos processos administrativos	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Executar a despesa do FRC	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Prestar contas de Gestão junto ao TCE	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão da Execução Orçamentária e Financ.	Monitorar as fontes de recursos	2	3	1	2	8
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Restituição de custas judiciais pagas e não utilizadas	2	2	2	2	8
SEINF	Suporte a Serviços	Gerenciar incidentes e solicitações	2	4	2	0	8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SEINF	Suporte a Serviços	Gerenciar ativos de microinformática	2	4	2	0	8
COMIL	Segurança Orgânica e Inteligência	Promover a segurança patrimonial e de instalações	2	4	2	0	8
COMIL	Segurança Orgânica e Inteligência	Promover a segurança de pessoas	2	4	2	0	8
SEGEPI	Prevenção e Assistência à Saúde	Gerenciar o pagamento do plano de assistência à saúde	2	4	1	1	8
DEPGE	Apuração e Análises Estatísticas	Desenvolvimento e publicação de painéis de inteligência de negócio	2	0	3	2	7
DEPGE	Apuração e Análises Estatísticas	Suporte e Manutenção de painéis de inteligência de negócio	2	0	3	2	7
DEPGE	Apuração e Análises Estatísticas	Aperfeiçoamento de painéis de inteligência de negócio	2	0	3	2	7
SEENG	Projetos	Elaborar estudos de viabilidade técnica, financeira e planos de ações	2	0	3	2	7
SEENG	Projetos	Gerenciar informações do espaço físico dos imóveis e documentos técnicos de projetos	2	0	3	2	7
SEENG	Projetos	Gerenciar e fiscalizar instrumentos contratuais	2	2	2	1	7
SEENG	Obras e Serviços de Engenharia	Gerenciar e fiscalizar serviços de engenharia	0	3	2	2	7
SEENG	Manutenção	Gerenciar e monitorar os materiais para manutenção	0	3	2	2	7
SEADM	Gestão de Contratações e Aquisições	Realizar as contratações diretas por dispensa e inexigibilidade	2	2	1	2	7
SEADM	Gestão de Patrimônio e Serviços	Gerenciar serviços de correspondências	0	3	2	2	7
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Gerenciar arquivos intermediários	1	3	1	2	7
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Gerenciar arquivos permanentes	1	3	1	2	7
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Gerenciar acervo bibliográfico	1	2	2	2	7
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Atualizar acervo bibliográfico	1	1	3	2	7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Disponibilizar acervo bibliográfico	1	2	2	2	7
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Realizar conciliação bancária das receitas judiciais e extrajudiciais	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Planejar, executar e monitorar as ações do Plano de Gestão da Presidência pertinentes à arrecadação	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Receber, analisar, instruir, se manifestar e dar encaminhamento aos expedientes que entram na unidade	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Orientar e dar suporte ao público interno e externo acerca dos procedimentos referentes à arrecadação de receita proveniente do serviço judicial ou extrajudicial	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Manutenção e atualização das informações contidas no sítio do TJPA, na página da Coordenadoria de Arrecadação	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Elaborar normativos, pareceres, notas técnicas, relatórios e consultas sobre procedimentos da arrecadação judicial e extrajudicial	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Gerenciar as aplicações financeiras com recursos próprios, transferidos e de depósitos judiciais	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão de Depósitos Judiciais	Processar a conciliação da conta única de Depósitos Judiciais, Fundos de Reserva e Precatórios	2	2	1	2	7
SEFIN	Gestão de Depósitos Judiciais	Processar ordens bancárias eletrônicas	2	2	1	2	7
SEFIN	Gestão de Depósitos Judiciais	Emitir relatórios diários e mensais para o público interno e externo	2	2	1	2	7
SEFIN	Gestão de Depósitos Judiciais	Cadastrar usuários do sistema	2	2	1	2	7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SEFIN	Gestão de Depósitos Judiciais	Gerenciar o repasse ao Executivo Estadual e Municipal e os pedidos de devolução diários	2	2	1	2	7
SEFIN	Gestão Administrativa	Gerenciar as requisições de equipamentos e material de expediente	2	0	3	2	7
SEFIN	Gestão Administrativa	Gerenciar a revisão e normatização dos fluxos e rotinas administrativas	2	0	3	2	7
SEINF	Suporte a Serviços	Gerenciar Central de Serviços	2	2	3	0	7
SEINF	Infraestrutura de TIC	Gerenciar capacidade	2	4	1	0	7
SEINF	Infraestrutura de TIC	Garantir continuidade de serviços essenciais	2	3	2	0	7
SEINF	Governança de TIC	Gerenciar a execução do Plano Diretor de TIC	2	0	3	2	7
SEGEF	Prevenção e Assistência à Saúde	Realizar atendimento médico e de enfermagem	2	2	1	2	7
DEPGE	Gestão Estratégica	Monitoramento das metas nacionais e de programas de incentivo à produtividade	2	0	2	2	6
DEPGE	Gestão Estratégica	Elaboração de estudos para aperfeiçoamento da estrutura do Poder Judiciário	2	0	2	2	6
DEPGE	Gestão Estratégica	Realização de consultoria nas unidades judiciárias	2	0	2	2	6
DEPGE	Apuração e Análises Estatísticas	Gestão dos indicadores do Plano de Logística Sustentável	2	0	2	2	6
DEPGE	Apuração e Análises Estatísticas	Gestão do Painel de Gestão Judiciária	2	0	2	2	6
SEENG	Projetos	Desenvolver projetos de engenharia e arquitetura	2	0	2	2	6
SEENG	Projetos	Gerenciar e fiscalizar o Índice de Priorização de Obras	2	0	2	2	6
SEENG	Manutenção	Gerenciar e fiscalizar as contratações de manutenções, corretivas ou preventivas	0	3	1	2	6
SEENG	Manutenção	Gerenciar e fiscalizar instrumentos contratuais	0	3	1	2	6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SEENG	Governança de Engenharia e Arquitetura	Elaborar, monitorar e revisar o Plano de Obras	2	0	2	2	6
SEENG	Governança de Engenharia e Arquitetura	Planejar e elaborar artefatos de contratação	2	0	2	2	6
SEENG	Governança de Engenharia e Arquitetura	Gerenciar e fiscalizar instrumentos contratuais	2	0	2	2	6
SEADM	Gestão de Patrimônio e Serviços	Realizar a manutenção de veículos	1	3	0	2	6
SEADM	Gestão de Patrimônio e Serviços	Controlar e monitorar veículos	1	2	1	2	6
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Catalogar acervo bibliográfico	1	1	2	2	6
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Divulgar acervo bibliográfico	1	0	3	2	6
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Planejar e executar eventos expositivos	1	1	2	2	6
SEADM	Gestão de Documentação e Informação	Gerenciar acervo histórico	1	1	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Procedimento de parcelamento de débito extrajudicial	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Emissão de boletos de títulos de protesto de CDA	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Manutenção e atualização cadastral das serventias extrajudiciais	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Procedimento de Cobrança inadimplência de serventias extrajudiciais	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Executar procedimento administrativo de cobrança judicial e extrajudicial	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Procedimento de cobrança de selos não declarados	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Apurar cartórios aptos aos recebimento da renda mínima	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Apuração de viabilidade financeira de pedido de contratação	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Solicitação de devolução de depósitos judiciais	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Repasse retroativo do Cartório Sampaio	2	0	2	2	6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SEFIN	Gestão de Arrecadação	Restituição de custas judiciais por pagamento em duplicidade	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão de Arrecadação	Regularização do documento de arrecadação judicial	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão Administrativa	Gerenciar as demandas administrativas inerentes ao Gabinete	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão Administrativa	Gerenciar o levantamento de inventário das unidades	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão Administrativa	Gerenciar as ações do Plano de Gestão	2	0	2	2	6
SEFIN	Gestão Administrativa	Processar, analisar e controlar demandas diversas: Presidência, Corregedoria, CNJ, AMEPA, MP, DP, Governo Executivo, Legislativo e Municipais, Sindicatos, outros entes internos e externos	2	0	2	2	6
SEFIN	Assessoria Jurídica de Planejamento	Prestar suporte e assessoria jurídica de planejamento	2	0	2	2	6
SEFIN	Assessoria Técnica de Planejamento	Prestar suporte e assessoria técnica de planejamento	2	0	2	2	6
COMIL	Segurança Orgânica e Inteligência	Realizar levantamento de inteligência	2	2	2	0	6
DECOM	Cerimonial e Relações Públicas	Planejar e organizar eventos	2	2	2	0	6
DECOM	Cerimonial e Relações Públicas	Promover relações públicas	2	2	2	0	6
NSA	Gestão de Resíduos	Gerenciar resíduos	2	1	1	2	6
EJPA	Ensino, Pesquisa e Extensão	Contratar docente	2	3	1	0	6
SEGEP	Prevenção e Assistência à Saúde	Realizar orientação e atendimento odontológico	2	1	1	2	6
SEGEP	Prevenção e Assistência à Saúde	Realizar atendimento psicossocial	2	1	1	2	6
SEGEP	Prevenção e Assistência à Saúde	Promover saúde ocupacional	2	1	1	2	6
SEGEP	Administração do Quadro de Pessoal	Processar a identificação funcional	2	0	2	2	6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA